

Imperialismo: essência e aparência*

Leonardo de Magalhães Leite†

Resumo: O objetivo desse artigo é contribuir com a caracterização teórica do imperialismo. Nossa hipótese abrange duas proposições: (i) o imperialismo é a forma social e histórica do mercado mundial na época capitalista e (ii) enquanto um fato da realidade capitalista, existe uma essência do imperialismo que se manifesta sob várias roupagens. O exame do desenvolvimento das teorias marxistas sobre o imperialismo nos permite perceber que exportação de capitais, comércio internacional e expropriações são suas formas fundamentais de manifestação. Portanto, pretendemos mostrar que se trata de um objeto multifacetado cuja essência é a transferência de valor. Isso implica que a mediação entre teoria do valor e teoria do imperialismo não repousa sobre a teoria das crises, como usualmente se supõe, mas sobre a teoria da concorrência.

Palavras-chave: marxismo, imperialismo, transferência de valor.

Abstract: The purpose of this article is to contribute to the theoretical characterization of imperialism. Our hypothesis involves two statements: (i) imperialism is the social and historical form of the world market in the capitalist epoch and (ii) as a fact of capitalist reality, there is an essence of imperialism that manifests itself in various ways. The examination of the development of Marxist theories of imperialism allows us to realize that capital export, international trade and expropriations are its main phenomena. Therefore, we intend to show that it is a multifaceted object whose essence is the transfer value. This implies that mediation between both value theory and imperialism theory rests on the competition theory.

Keywords: marxism, imperialism, value transfer.

* Artigo submetido à Área 3 (Economia política, capitalismo e socialismo) do XXI Encontro Nacional de Economia Política, 2016.

† Professor assistente, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense (CEC/UFF). Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF). Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). Agradeço às críticas de Marcelo D. Carcanholo a uma versão preliminar desse texto. Como de praxe, qualquer erro ou imprecisão que por ventura apareçam no artigo são de exclusiva responsabilidade do autor. Endereço eletrônico: leonardoleite.uff@gmail.com.

1 Introdução

A proposta deste artigo é demonstrar como o imperialismo pode ser compreendido a partir da relação dialética entre produção e apropriação de valores no mercado mundial. Entendemos que a categoria *mercado mundial*, no sentido de Marx, refere-se à própria lei do valor em escala mundial. Ou seja, como a sociabilidade no capitalismo se efetiva através das interações mercantis, essa categoria expressa a totalidade das relações sociais tipicamente capitalistas, ou, o que dá no mesmo, representa o capitalismo mundial, governado por suas leis gerais de tendência determinadas, no maior nível de abstração, pela lei do valor.

Nossa hipótese abrange duas proposições que deverão ser defendidas: (a) o imperialismo capitalista é uma forma histórica específica do mercado mundial, portanto decorre da operação da lei do valor em escala mundial; e (b) ele deve ser compreendido, enquanto um fato da realidade capitalista, a partir de dois níveis básicos de abstração, que chamaremos de essência e aparência. Defenderemos, então, que o imperialismo integra as leis gerais de desenvolvimento do capitalismo e sua correta apreensão teórica depende dos pares dialéticos conteúdo/forma e essência/aparência.

Enquanto um fato da realidade capitalista, o imperialismo tradicionalmente é entendido através de inúmeros pontos de vista. Desde que o marxismo começou a teorizar sobre ele, novas reflexões se sucedem paulatinamente iluminando este ou aquele aspecto do objeto. Esse movimento teórico parece seguir o movimento do real: cada nova fase de desenvolvimento capitalista é acompanhada por uma nova etapa na teorização do imperialismo. Por exemplo, a era clássica do imperialismo engendrou um tipo específico de interpretação sobre ele. Após o fim da Segunda Guerra Mundial e até a crise dos anos 1960 e 1970, novas especificidades do imperialismo foram descobertas ou enfatizadas. O mesmo raciocínio se aplica à fase capitalista demarcada pelo advento do neoliberalismo, onde, mais uma vez, aparece uma nova onda de teorizações sobre o imperialismo. Isto quer dizer que a história é capaz de determinar se o imperialismo vai se manifestar de uma forma ou de outra. Entretanto, independentemente da forma com a qual o capitalismo historicamente se apresenta, o imperialismo sempre percorre os caminhos do mercado mundial capitalista.

A existência de uma sobreposição temporal de novas teorias sobre o imperialismo, sendo que em cada fase desse desenvolvimento teórico se enfatiza um ou outro aspecto do próprio imperialismo, sugere que o objeto se metamorfoseou ao longo do tempo. Isto é, cada fase da teoria olha o imperialismo por um determinado prisma pois a própria realidade estimula uma visão facetada sobre si própria. Como as facetas em destaque mudam ao longo do tempo, a teoria acompanha esse movimento. Este argumento foi sustentado por Harvey (2005, p. 66, grifos nossos) quando ele afirma que a existência de uma “variedade de representações da teoria marxista do imperialismo” é resultado da forma como estas várias representações começam, isto é, “a partir da análise de situações históricas reais”. Partindo do nível concreto, “*cada representação talvez seja correta para seu lugar e tempo,*

mas cada uma acaba considerando apenas uma ou duas facetas da própria teoria da acumulação de capital de Marx como suporte”¹. Parece, portanto, que falta uma teoria holística do imperialismo derivada da teoria do valor de Marx como um todo, e não de cada aspecto desta teoria.

De forma ainda exploratória, estamos sugerindo que o imperialismo continua sendo uma lente útil ao marxismo para entender a realidade capitalista pois sua *essência* manteve-se praticamente intacta ao longo do tempo. Para delimitar um pouco mais o argumento, é preciso deixar claro que estamos seguindo a interpretação de Callinicos (2009) de que tratar de imperialismo é considerar o imperialismo capitalista². Portanto, o imperialismo só pode ser compreendido levando-se em consideração sua subordinação categorial ao capitalismo. Em outras palavras, uma condição necessária para compreender as legalidades do primeiro é inseri-las dentro daquilo que explica o segundo.

Esse trabalho está organizado em mais cinco seções além dessa introdução. Na segunda seção faremos uma breve consideração metodológica sobre os pares dialéticos conteúdo/forma e essência/aparência. Na sequência (seção 3), destacaremos como o imperialismo é a forma social e histórica do mercado mundial na época capitalista. Sendo o imperialismo um fato da realidade capitalista, a seção seguinte (seção 4) será dedicado ao exame das formas de manifestação do imperialismo. Na seção 5 tentaremos sustentar que por trás de todas as formas de manifestação existe uma determinação essencial, oculta e velada, que é a transferência de valor. Por fim (seção 6), tentaremos mostrar que a relação dialética entre essência e aparência do imperialismo sugere que o caminho da teoria do valor de Marx à teoria do imperialismo decorre de sua teoria da concorrência e não da teoria da crise, como é usualmente entendido.

2 Sobre os pares dialéticos conteúdo/forma e essência/aparência

A melhor forma de apreender o sentido marxiano de ambos pares dialéticos é recorrer à maneira como o próprio autor as utiliza em sua obra-prima publicada em 1867. Já no primeiro capítulo de *O capital*, Marx expõe o valor como *forma social e histórica* da riqueza que se apresenta no mundo das mercadorias em uma específica *forma de manifestação*. A enorme complexidade deste capítulo engendrou à época de Marx – e em nossa época também – várias interpretações equivocadas sobre a própria teoria do autor. Em uma tentativa de responder às críticas infundadas dirigidas contra sua teoria por Adolfo Wagner, Marx elabora um pequeno texto que se tornou conhecido como *Glosas marginais ao ‘Tratado de economia política’ de Adolfo Wagner* no qual explicita, dentre outras

¹ Como exemplos dessa visão facetada, Harvey (2005, p. 66) cita, por exemplo, o trabalho principal de Rosa Luxemburgo, *A acumulação do capital*. Cf. Luxemburgo (1976).

² Reconhecemos a existência de formas de imperialismo pré-capitalistas, mas como nosso escopo neste artigo é o imperialismo capitalista, sempre que usarmos a expressão *imperialismo* estaremos nos referindo ao imperialismo capitalista.

coisas, algumas questões metodológicas que se encontram implícitas na redação de *O capital*, especialmente do primeiro capítulo³.

Nesta obra, Marx enuncia que sua exposição não começa pelos conceitos, motivo pelo qual ele não precisa fornecer um “conceito de valor”:

Eu parto da forma social mais simples em que se corporifica o produto do trabalho na sociedade atual, que é a “mercadoria”. Analiso esta e o faço fixando-me, antes de tudo, na *forma sob a qual se apresenta*. Descubro que a “mercadoria” é de uma parte, em sua forma material, um *objeto útil* ou, noutros termos, um *valor de uso*, e de outra parte, *encarnação do valor de troca* e, deste ponto de vista “valor de troca” ela mesma. Continuo analisando o “valor de troca” e encontro que este não é mais do que uma “*forma de manifestar-se*”, um modo especial de aparecer o *valor* contido na mercadoria, em vista do que, procedo à análise deste último (MARX, 2011a, p. 174).

Podemos retirar várias lições dessa passagem. Em primeiro lugar, a mercadoria é uma *forma social* do produto do trabalho que *se apresenta* socialmente sob uma *forma* específica. Na interpretação de R. Carcanholo (2011, p. 40), o produto do trabalho é uma categoria *geral*, “adequada a qualquer forma histórica, a qualquer tipo de sociedade”, enquanto a mercadoria “é uma categoria *particular*, exclusiva da sociedade mercantil”. Sendo constituída de valor de uso e valor de troca, Marx descobre que este é a *forma de manifestação* do valor, isto é, o valor é a *essência* que se apresenta no mundo das mercadorias, no nível dos fenômenos, da aparência, como valor de troca. Do duplo caráter da mercadoria (do produto do trabalho ou da riqueza na época capitalista) depreende-se que o valor de uso é trans-histórico, comum a qualquer época social, e o valor é historicamente determinado, típico da sociedade capitalista. Para R. Carcanholo (Ibid., p. 41), a disjuntiva conteúdo/forma se origina dessa relação:

O valor de uso é uma dimensão da riqueza capitalista comum à riqueza em qualquer época histórica, em qualquer tipo de sociedade. [...] Por isso, o valor de uso é o *conteúdo* material da riqueza: ‘os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a sua forma social’. [...] No entanto, o valor, como expressão nas coisas (nas mercadorias) das particulares relações mercantis de produção, é a *forma social e histórica* da riqueza na época capitalista (R. CARCANHOLO, 2011, p. 41).

Partindo dessa interpretação, iremos nos referir ao conteúdo como o que há de comum entre várias formas históricas e a essência como a determinação de algo que precisa de alguma mediação para ser desvelada, para aparecer na superfície fenomênica.

3 Imperialismo e mercado mundial: uma relação de forma e conteúdo

Marx e Engels (2007, p. 41), no *Manifesto comunista* de 1848, não hesitam em afirmar que “a grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América”. Há, portanto, dois eventos históricos – Grandes Navegações e Revolução Industrial – que ajudam a delimitar a existência de um mercado mundial embrionário e do mercado mundial propriamente dito. Enquanto

³ O caráter metodológico desse escrito pode ser evidenciado pelo fato de que, conforme nota de rodapé de *Marx-Engels Collected Works Vol. 24*, a primeira tradução para o inglês de *Glosas marginais...* foi reunida em uma coletânea de textos de Marx intitulada *Texts on method* (MARX, 2010c, p. 666, nota de rodapé 604).

o primeiro permitiu à “burguesia emergente” (Ibid., loc. cit.) acelerar a decomposição da sociedade feudal, o último permitiu que ela imprimisse “um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional” (ibid., p. 43).

A despeito do fato de que o *Manifesto* representa, nos termos de Hobsbawm (2011, p. 105), “uma fase (relativamente imatura) da evolução do pensamento marxista” especialmente nos aspectos de sua crítica da economia política, ele apresenta uma “formulação madura” (Ibid., loc. cit.) da concepção materialista da história.

Em essência, essa análise [do *Manifesto*] era histórica. Seu cerne era a demonstração do desenvolvimento histórico das sociedades, e, especificamente, da sociedade burguesa, que substituiu as que tinha precedido, *revolucionou o mundo* e, por seu turno, criou necessariamente as condições para a sua inevitável substituição (HOBSBAWM, 2011, p. 105, grifos nossos).

O desenvolvimento da sociedade burguesa, objeto da primeira parte do *Manifesto*, caminha *pari passu* com o desenvolvimento do mercado mundial. Embora esse argumento já se encontre em 1848, ele será destacado novamente por Marx em 1858, quando, em carta para Engels, parcialmente citada por Pradella (2015, p. 131), explicita a criação do mercado mundial como a “verdadeira tarefa” da burguesia:

Não há como negar que a sociedade burguesa experimentou pela segunda vez seu século XVI, um século XVI o qual, eu espero, soará como sua trombeta de morte assim como o primeiro a conduziu ao mundo. *A verdadeira tarefa da sociedade burguesa é a criação do mercado mundial, ao menos em esboço, e da produção baseada neste mercado.* Como o mundo é redondo, a colonização da Califórnia e da Austrália e a abertura da China e do Japão parecem ter completado esse processo (MARX, 2010a, p. 346-7, tradução nossa, grifos nossos).

Desta importante passagem, se evidencia que a produção baseada na troca, isto é, produção de mercadorias enquanto cristais de trabalho humano abstrato, depende da criação do mercado mundial. Portanto, a produção capitalista é produção para o mercado mundial: o mercado mundial é o capitalismo (em escala mundial). Disso se infere que a expansão longitudinal do capitalismo equivale à expansão das fronteiras do mercado mundial que passa a abarcar crescentemente todo o globo terrestre. Na mesma carta citada anteriormente, Marx se refere em termos dinâmicos à sociedade burguesa:

Para nós, a *questão* difícil é esta: no Continente [europeu] a revolução é iminente e, além disso, assumirá instantaneamente um caráter socialista. Ela não será necessariamente *esmagada* neste pequeno canto da Terra, já que a sociedade burguesa ainda está em *movimento ascendente* sobre uma área muito maior? (IBID., loc. cit.).

Desconsiderando as projeções políticas de Marx excessivamente otimistas, seu texto deixa claro que enquanto a sociedade burguesa se espalha ao redor do mundo, o peso da Europa, berço desta forma social, diminui relativamente. O “movimento ascendente” do capitalismo significa que o mercado mundial não é estático; muito pelo contrário: a expansão de suas fronteiras significa a expansão das relações sociais e de produção tipicamente capitalistas.

Uma vez que a expansão longitudinal de um tipo de forma social (a sociedade burguesa) se choca com outras formas sociais, precisamos compreender por qual motivo a sociedade burguesa, usando uma expressão famosa do *Manifesto*, “cria um mundo à sua imagem e semelhança” (MARX e ENGELS, 2007, p. 44). Já no panfleto de 1848, Marx e Engels oferecem uma explicação inicial que será desenvolvida nos *Grundrisse*, nos *Manuscritos de 1861-63* e em *O capital*. Em todos os momentos, a chave para compreender a expansão capitalista é a mesma: a produtividade. No *Manifesto*, os autores dizem o seguinte:

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. *Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada* que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas (MARX e ENGELS, 2007, p. 44, grifos nossos).

A expansão geográfica do mercado mundial, por sua vez, significa a extensão das distâncias percorridas pelo capital em seu ciclo. Isto equivale ao aumento do tempo de rotação, “a menos que haja melhorias compensatórias na velocidade de circulação” (HARVEY, 2005, p. 50). O esforço para aumentar a velocidade de circulação é vital para evitar a redução da taxa anual de mais-valor derivada do possível aumento do tempo de rotação. Nos *Grundrisse*, em passagens parcialmente citadas por Harvey (2005, p. 50-1), Marx (2011b, p. 444) argumenta que “a própria distância espacial resolve-se em tempo; não depende, p.ex., da distância espacial do mercado, mas da velocidade – o quantum de tempo em que se chega ao mercado”. Isto é, para que a expansão das fronteiras do mercado mundial não reduza as taxas anuais de mais-valor, a resposta capitalista é incrementar a produtividade: o tempo de circulação, como corretamente enfatizado por Harvey, responde ao imperativo da acumulação. Nos termos de Marx nos *Grundrisse*:

Assim, enquanto o capital, por um lado, tem de se empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio, i.e., da troca, *para conquistar toda a Terra como seu mercado*, por outro, *empenha-se para destruir o espaço por meio do tempo*; i.e., para reduzir a um mínimo o tempo que custa o movimento de um local a outro. Quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais distendido, portanto, o mercado em que circula, tanto mais ele se empenha simultaneamente para uma maior expansão espacial do mercado e para uma maior destruição do espaço pelo tempo (MARX, 2011b, p. 445, grifos nossos).

A superação de “toda barreira local do intercâmbio” equivale à superação de toda forma social não-capitalista, que se transforma assim em forma capitalista na medida em que se integra ao mercado mundial. Ademais, o que deve ser enfatizado aqui é que a destruição do “espaço por meio do tempo” significa o incremento de produtividade nos setores ligados à circulação. Um raciocínio parecido com esse é desenvolvido nos *Manuscritos de 1861-63*, onde Marx articula a expansão do mercado mundial com uma noção primitiva de relação centro-periferia:

Acresce por certo que há *expansão* permanente do *mercado*, e à medida que diminui a *duração do intervalo* em que a mercadoria se encontra no mercado, aumenta o *fluxo no espaço*, ou seja, o mercado se amplia no espaço, e um raio cada vez mais longo delimita a periferia em relação ao centro da esfera de produção da mercadoria (MARX, 1980, p. 1335).

Ou seja, a expansão das fronteiras do mercado mundial dilata a distância centro/periferia pois Marx está considerando que o centro compreende a esfera da produção e a periferia os mercados cada vez mais longínquos. Parece que a utilização dos conceitos de centro e periferia decorre de uma analogia geométrica, na qual a constituição de periferias ocorre com o espriamento do mercado mundial. Ainda não está explícito que o que difere essencialmente o centro da periferia são níveis diferentes de produtividade.

Apenas em *O capital* tal raciocínio encontra suporte efetivo, que começa a se desenhar, entretanto, nos *Manuscritos de 1861-63* e especialmente no texto escrito entre 1863-4 que se tornou conhecido como *Capítulo VI Inédito de O capital*. Ao desenvolver a distinção entre os processos formais e reais de subsunção do trabalho ao capital, Marx (2004, p. 92) indica expressamente que a produção do mais-valor relativo é a “expressão material [...] da subsunção real do trabalho ao capital”, com a qual “efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e trabalhador⁴” (Ibid., p. 104-5). O modo de produção capitalista “agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*”, especificamente capitalista, o que equivale a dizer que a subsunção real serve de “base para o desenvolvimento da relação capitalista” (Ibid., p. 105). Nesse sentido, já é possível antever que a subsunção real dota o capital das forças necessárias para a constituição do mundo “à sua imagem e semelhança”. Embora não nesses termos, nos parece que é isso que Marx aponta quando afirma que com a subsunção real do trabalho ao capital, “a produção capitalista tende a conquistar todos os ramos industriais de que até ao momento ainda não se apoderou e nos quais ainda (existe) a subsunção formal” (Ibid., loc. cit.).

No capítulo *Maquinaria e grande indústria* de *O capital*, torna-se claro que a existência de uma divisão internacional do trabalho decorre da produção mecanizada em grande escala, ou seja, da subsunção real do trabalho ao capital, naqueles lugares nos quais o autor chamou de “centro” nos *Manuscritos de 1861-63*:

Ao arruinar o produto artesanal desses mercados, a indústria mecanizada os transforma compulsoriamente em campos de produção de sua matéria-prima. Assim, por exemplo, as Índias Orientais foram obrigadas a produzir algodão, lã, cânhamo, juta, anil etc. para a Grã-Bretanha. A constante “transformação em supranumerários” dos trabalhadores nos países da grande indústria estimula de modo artificial a emigração e a colonização de países estrangeiros, transformando-os em celeiros de matérias-primas para a metrópole, como ocorreu com a Austrália, convertida num centro de produção de lã. Cria-se, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial. Tal revolução é acompanhada de profundas modificações na agricultura, das quais não nos ocuparemos por ora (MARX, 2013, p. 523, grifos nossos).

⁴ A citação literal dessa passagem conforme a edição portuguesa que estamos utilizando refere-se à palavra “operário” no lugar de “trabalhador”. Fizemos a modificação pois julgamos ser o mais correto tendo em vista a totalidade da obra de Marx e, especialmente, seguindo a tradução inglesa do *Capítulo VI Inédito* que utiliza a palavra “worker” (Cf. Marx Engels Collected Works Volume 34, p. 439).

Não é casualidade que esta passagem esteja dentro da seção sobre a produção do mais-valor relativo. É evidente, portanto, que o incremento de produtividade decorrente da constituição da grande indústria teve um papel importante e fundamental na integração produtiva internacional que baliza a formação do mercado mundial tal qual o conhecemos, isto é, polarizado entre dois grandes territórios: centro e periferia. Decerto, a separação marxiana entre campos de produção preferencialmente agrícola ou industrial tem como clivagem a distinção entre os níveis de produtividade, pois só assim é possível “arruinar o produto artesanal”. Nos termos do *Manifesto*, a “artilharia pesada” é evidentemente municida pelos incrementos de produtividade. Harvey (2005, p. 56-7) argumenta que embora a produtividade do trabalho se apresente em níveis distintos de acordo com o lugar em que o trabalho é realizado, essas diferenças são “só possibilidades (e não imodificáveis)” pois a produtividade é um produto histórico. Na época de Marx, a fronteira da inovação tecnológica estava na maquinaria aplicada à produção em ramos fabris. Portanto, queremos enfatizar que não é o tipo de valor de uso produzido que define se um determinado território está no grupo A ou B da divisão internacional do trabalho, mas a forma como se produz esse determinado valor de uso, isto é, se com mais ou menos produtividade. Embora exista uma certa coincidência empírica entre o tipo de produto e o nível de produtividade, não é certo generalizar essa situação para não perder de vista que o fundamental na posição ocupada por cada Estado-Nação dentro da divisão internacional do trabalho é determinada pela produtividade média do capital (e não pelos tipos de valores de uso produzidos).

A produção artesanal em ruínas é imediatamente substituída pela produção para o mercado mundial, portanto, produção capitalista. Mesmo antes da disseminação histórica da relação de assalariamento, as regiões nas quais as unidades produtivas produziam mercadorias para o mercado mundial podem ser encaradas, como o faz Marx nos *Manuscritos de 1861-63*, como *formalmente capitalistas*⁵. Em decorrência desse argumento, essas unidades produtivas eram capitais e, como é de se esperar, operavam sob o jugo da lei do valor: através do acicate da concorrência, a razão de ser dessas unidades produtivas passa a ser a busca ilimitada pelo lucro, a forma de manifestação do mais-valor.

A quase coincidência histórica entre a Revolução Industrial e o processo de descolonização americana transforma a velha subordinação colonial em uma nova subordinação entre nações formalmente independentes. Agora, capitais espalhados em diversas partes do mundo relacionando-se de forma mercantil integram-se a uma relação de concorrência na qual os mais produtivos tem vantagens em relação aos demais. Isto potencializa a acumulação de capital nas regiões que reúnem os capitais mais produtivos, fortalecendo uma polarização global entre duas regiões. Iremos chama-

⁵ Cf. Marx (1980, p. 729-30).

las de imperialistas e dependentes. Portanto, o mercado mundial (na época capitalista) carrega necessariamente uma relação social entre capitais na qual a riqueza subtraída de um polo alimenta o outro. Chamando essa relação social de *imperialismo*, torna-se claro que é a *forma social e histórica* do mercado mundial na época capitalista.

Na seção seguinte, mostraremos porque, no meio de um sem-número de sentidos atribuídos ao conceito imperialismo, julgamos que o correto é entendê-lo conforme o parágrafo anterior. Tentaremos mostrar que por detrás das evidentes formas de manifestação do fenômeno imperialismo, há uma essência, velada e oculta. Perceber a existência dessa essência complementará o argumento de que o imperialismo é a forma social e histórica do mercado mundial.

4 A aparência do imperialismo capitalista

O exame do desenvolvimento das teorias do imperialismo permite capturar, cada uma a seu tempo, determinados aspectos do objeto imperialismo. Por ser um objeto multifacetado, as múltiplas interpretações sobre ele são plenamente justificáveis. Embora hajam representações teóricas mais ou menos completas, é difícil assegurar que umas sejam mais verdadeiras que outras. O multifacetamento do objeto e sua versatilidade em se adaptar ao que a acumulação de capital exige em cada período histórico nos obriga a parafrasear Harvey (2005, p. 66): cada teoria “*talvez seja correta para seu lugar e tempo*”.

Em geral, o problema com a teoria marxista do imperialismo é que ela se tornou uma teoria ‘em si mesma’, divorciada da teoria da acumulação de capital de Marx. Em consequência, o argumento sobre o que é o imperialismo se degenerou num argumento sobre quais dos diversos princípios rivais devem ser utilizados para defini-lo (HARVEY, 2005, p. 70).

Como uma tentativa de síntese das teorias do imperialismo, podemos dizer que o imperialismo capitalista se manifesta de três formas básicas, que serão expostas a seguir ordenadas segundo os níveis de abstração em que se situam (que é diferente da ordenação baseada no momento histórico em que tiveram a devida ênfase).

Por esse critério lógico, a forma de manifestação mais abstrata do imperialismo é o *comércio exterior* (“troca desigual”), que se tornou um aspecto organicamente vinculado ao imperialismo no período do pós-Segunda Guerra Mundial. O trabalho seminal de Emmanuel (1990) teve importância decisiva na consolidação dessa forma, assim como Mandel (1985) e os vários autores da teoria marxista da dependência, como Marini (2005) e Dos Santos (2011). Para que ela se efetive são necessários capitais industriais que se diferenciam de acordo com os graus de desenvolvimento tecnológico do processo de trabalho, isto é, de acordo com os níveis de produtividade. Trata-se da forma de “*dominação externa*”, para usar um termo de Fernandes (1975, p. 16-7), mais oculta, invisível, haja vista que as trocas no mercado são, aparentemente, neutras. Entretanto, compra e venda pelos preços de mercado abarcam uma série de mecanismos que possibilitam que valores sejam

transferidos gratuitamente, isto é, sem compensação, de capitais de um lugar a outro. Por isso o nome de troca desigual.

Após a formação da taxa média de lucro – base para a compreensão da troca desigual –, podemos introduzir um novo elemento na análise, tornando-a mais concreta: a existência de diferentes tipos de capitais. Agora o lucro médio deve ser repartido entre diferentes frações do capital, possibilitando a existência da segunda forma de manifestação do imperialismo, enfatizada pioneiramente pela teoria marxista clássica do imperialismo⁶: a *exportação de capitais* em busca da apropriação de mais-valor produzido alhures geralmente sob a forma de lucro comercial, lucro do empresário, juros e renda da terra.

A famosa definição de Lenin baseada em cinco características⁷ enfatiza o processo de exportação de capitais assentado sobre a formação dos monopólios como elemento distintivo deste período: “estes cinco traços, apesar de diferentes, contém em essência algo que lhes é comum: refletem o surgimento e domínio dos monopólios que [...] são uma característica qualitativa específica desta época” (Caputo e Pizarro, 1970, p. 163, tradução nossa). A categoria monopólio⁸, portanto, possui prioridade ontológica⁹ na teoria do imperialismo de Lenin pois ela pode existir sem as demais, embora o inverso não seja verdadeiro.

A análise das cinco características do imperialismo permite perceber que, a despeito da prioridade ontológica dos monopólios, a exportação de capitais funciona como nexos lógico entre as duas primeiras e as duas últimas manifestações fenomênicas. Nos termos de Lenin (1964, p. 1): “A exportação de capital, uma forma distinta de exportação de mercadorias sob o capitalismo não-monopólico, é um fenômeno altamente característico [do capitalismo monopolista] e está claramente ligado com a repartição político-territorial e econômica do mundo”. Dito de outra forma, a formação

⁶ Cf. Hilferding (1985, p. 293 et seq.), Bukharin (1988, p. 87 et seq.), Lenin (2008, p. 61 et seq.) e Luxemburgo (1976, p. 300 et seq.). Fora do que se convencionou chamar de teoria clássica do imperialismo, Grossmann (1979, p. 343 et seq.) apresenta o papel das exportações de capitais como contra tendência às crises.

⁷ Cf. Lenin (2008, p. 90).

⁸ Precisamos destacar que a utilização da categoria monopólio por Lenin e pela teoria clássica diverge da concepção de Marx. Em *O imperialismo*, Lenin (2008, p. 101) recorre à categoria monopólio para justificar “uma tendência para a estagnação e para a decomposição” do capitalismo. Seu argumento é que ao se desvincular do acicate da concorrência, o monopólio capitalista tendencialmente se impõe sem a necessidade de buscar incrementos de produtividade, o que é incorreto se considerarmos a possibilidade de transferência de valor entre setores. Não é possível, portanto, associar a tendência à monopolização com a diminuição da concorrência pois “há uma tensão constante entre capitalistas *em todos ramos*” (BIDET, 2007, p. 145, tradução nossa). Mesmo que em determinado ramo haja apenas um capitalista, isto é, haja um monopólio, ele está subordinado aos imperativos da concorrência na medida em que se sua composição orgânica for mais baixa que a média, ele transferirá valor para capitais mais produtivos.

⁹ O termo “prioridade ontológica” decorre de Lukács (2012, p. 307). Para o autor, as relações corretas entre categorias correspondem a “sobreordenação e subordinação” de forma que a prioridade explanatória seja estabelecida pelo critério ontológico. No tocante ao ser social, há “prioridade da produção e da reprodução do ser humano em relação a outras funções”, o que, em outras palavras, significa a prioridade da base econômica em relação à superestrutura. Lukács está combatendo o que ele chama de “hierarquia sistemática idealista ou materialista vulgar” cuja prioridade categorial é estabelecida por “juízos de valor gnosiológicos, morais, etc”. Seu ponto pode ser resumido da seguinte forma: “quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível”. Cf. Lukács (2012, p. 306-8).

dos monopólios e do capital financeiro são pressupostos da exportação de capitais que, por sua vez, antecede a partilha econômica e territorial do mundo.

Finalmente, a forma de manifestação mais concreta do imperialismo são as expropriações, como corretamente enfatizado pelas teorias contemporâneas do imperialismo, especialmente Harvey (2003) e Fontes (2010)¹⁰. Diferentemente das exportações de capitais, as expropriações geralmente são encarnadas pelos trabalhadores, embora também existam expropriações de capitalistas por capitalistas. Os tipos de expropriação enfatizados deixam claro que esta forma de imperialismo atinge sobretudo as camadas sociais mais vulneráveis da população – e exatamente com esse objetivo, qual seja, tornar a população vulnerável ao apetite do capital.

Além da expropriação de direitos, as expropriações contemporâneas “incidem também sobre o controle direto dos Estados capital-imperialistas sobre matérias-primas estratégicas” (FONTES, 2010, p. 58). O exemplo sintomático recente é a expropriação das fontes do petróleo iraquiano executadas por forças militares estadunidenses. A conjunção das diversas formas de expropriação secundária desvela um aspecto crucial: as expropriações equivalem à transferência de valor de uso de um polo a outro. Nas expropriações primárias, por exemplo, o produtor direto transfere o valor de uso de sua força de trabalho ao capital. Nas expropriações secundárias, utilizando o exemplo anterior, empresas iraquianas transferem o valor de uso do petróleo às companhias internacionais. Não há necessariamente uma transferência de valor posto que o expropriado pode não ser, de antemão, produtor de valor. Há, de fato, uma transferência de riqueza mediada pelo valor de uso que pode, na sequência, integrar um processo produtor de valor.

A consideração da existência de transferência de valor e/ou valor de uso é suficiente para considerarmos as expropriações como uma forma de manifestação do imperialismo. Mesmo já tendo sido enfatizada por autores clássicos do marxismo, como Rosa Luxemburgo, apenas o desenvolvimento concreto do objeto e o aguçamento da extração de valores baseado nas forças extraeconômicas como um aspecto constitutivo da globalização neoliberal é que permite considerá-la como uma forma permanente de imperialismo; e não meramente fortuita ou ocasional.

A crítica de Callinicos (2014, p. 200) a Harvey, centrada na interrelação global entre diversos capitais (“expansão de capitalismo industriais no Leste Asiático produzindo para o mercado mundial”) é uma constatação de que o imperialismo se fundamenta na relação-capital, isto é, na acumulação baseada na reprodução ampliada, que pressupõe e reforça a existência de formas de acumulação baseadas nas forças não econômicas.

¹⁰ Esta, me parece, é a distinção principal entre Harvey e Fontes: enquanto a última analisa as expropriações dentro da simbiose com a reprodução ampliada e a exploração, o primeiro eleva as expropriações ao posto de categoria principal, subalternizando, dessa forma, a exploração.

5 A essência do imperialismo capitalista

Utilizaremos o procedimento abstrativo para identificar o que existe de comum entre as diversas formas de manifestação do imperialismo, considerando que “o geral vive no particular, sua existência se desvela através de mediação: geral e particular são momentos da totalidade dialética” (Pradella, 2015, p. 153). Apresentamos anteriormente forma por forma realçando intencionalmente a conexão de cada uma delas com alguma modalidade de transferência de riqueza, que, entretanto, equivale a uma concepção trans-histórica de imperialismo¹¹. Portanto, esta concepção não contribui *diretamente* para o entendimento da especificidade do imperialismo capitalista. Apenas *indiretamente* e na medida em que sua constatação nos permitiu examinar cada forma de imperialismo capitalista sob esse prisma: ocorre transferência de riquezas sob o capitalismo? Já demonstramos que sim, mas, além disso, qual a especificidade capitalista dessa riqueza? Se trata de valor, produto do trabalho humano abstraído de suas determinações concretas, e valor de uso, resultado útil e concreto do trabalho humano e da natureza.

Chamamos de determinação mais abstrata do imperialismo capitalista, ou sua essência, o processo sistemático de transferência de riquezas sob a forma capitalista, portanto, valor e valor de uso, de um lugar a outro do planeta. O famoso primeiro parágrafo de *O capital* expressa claramente: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (MARX, 2013, p. 113). Como a mercadoria é a unidade dialética entre valor de uso e valor, a riqueza sob a forma mercantil, típica do capitalismo, também se constitui nesse par dialético e é produto do trabalho humano. A riqueza em geral, enquanto um conjunto de valores de uso, decorre do trabalho e da natureza, como Marx assegura na *Crítica ao Programa de Gotha*:

O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana (MARX, 2012, p. 23).

Portanto, apenas sob o modo capitalista de organização da sociedade, a riqueza se apresenta como valor e valor de uso. O imperialismo em sua dimensão mais abstrata é o resultado das dinâmicas centrífuga e centrípeta do valor: o valor precisa se expandir e, ao mesmo tempo, voltar ao ponto de partida.

Dussel (1988, p. 327-31) aponta que Marx já havia percebido (no começo de Teorias Sobre a Mais-Valia) que a essência da *dependência* é a transferência de valor:

Porque hay transferencia de plusvalor de un capital global nacional menos desarrollado hacia el que es más desarrollado, y ésta es la esencia o fundamento de la dependencia (diría Marx),

¹¹ Dentro do marxismo, a contribuição de Wood (2014a) é seminal para o estabelecimento de uma concepção trans-histórica de imperialismo. A autora estuda várias formas de imperialismo ao longo da história para entender a especificidade do imperialismo de nosso tempo e poder “definir a essência do imperialismo capitalista para melhor entender como ele opera hoje” (WOOD, 2014a, p. 19).

es necesario compensar dicha pérdida extrayendo más plusvalor al trabajo vivo periférico (DUSSEL, 1988, p. 327)¹².

Para nossos propósitos, nos interessa a pertinente interpretação de Dussel (1988, p. 331) sobre o chamado “conceito abstrato de dependência” a partir de suas determinações essenciais. Seu argumento parte da abstração de que a totalidade do modo de produção capitalista pode ser decomposta em dois “capitais globais nacionais”, cada um deles circunscrito a um determinado país. No nível abstrato da “dependência em geral”, um “capital global nacional” é dependente se, na concorrência, é menos desenvolvido que o outro, ou seja, possui menor composição orgânica e, em função disso, transfere valores na distribuição do mais-valor produzido mundialmente. O país que contém esse capital pode ser denominado de dependente, já que o fluxo de valores para fora é maior do que para dentro. Por oposição, os países imperialistas seriam aqueles cujos capitais se apropriam de uma grandeza de valor maior do que produziram através da concorrência no mercado mundial. Finalmente é possível perceber que imperialismo e dependência são e não são a mesma coisa. Eles compartilham a mesma essência, qual seja, a transferência de valor. O que os distingue – e esse é o fundamental para a compreensão da diferença entre ambos – é a direção sob a qual se processa a transferência de valor.

Apesar de concordarmos com o evoluir do argumento de Dussel, há um problema em considerar a existência de “capitais globais nacionais” como o pressuposto da análise. Afinal, não faz sentido tratar de nacionalidade de capitais pois apenas quem pode possuir uma identidade nacional é o capitalista. Dussel parece deslizar em uma premissa *weberiana*. Podemos contornar esse problema e manter a lógica do argumento recorrendo à categoria “padrão de reprodução do capital”, como desenvolvida por Jaime Osorio:

El patrón de reproducción del capital apunta a dar cuenta de las formas cómo el capital se reproduce en períodos históricos específicos y en espacios económico-geográficos y sociales determinados, sean regiones o formaciones económicas sociales. En este sentido el patrón de reproducción de capital *es una categoría que permite establecer mediaciones* entre los niveles más generales de análisis y niveles menos abstractos o históricos concretos (OSORIO, 2004, p. 36).

A mediação entre os níveis mais abstratos e mais concretos é, de fato, necessária para um adequado entendimento da essência do imperialismo (ou da dependência) nos moldes em que estamos tratando. Como, em *O capital*, a mediação entre os dois níveis de abstração está posta pelo processo de circulação do capital (Livro II), Osorio (2004, p. 38-54) parte daí para identificar os ciclos do capital como o suporte teórico para a categoria padrão de reprodução do capital. Dessa maneira é possível conceituar a “condição de dependência” eximindo-se do “capital global nacional” e recorrendo ao lugar no qual o capital completa sua circulação total. Para Osorio (Ibid., p. 72, tradução nossa), o sistema mundial capitalista “constitui uma unidade heterogênea desde várias perspectivas”:

¹² Para M. Carcanholo (2013a, p. 81), Dussel confunde, como se tivessem o mesmo sentido, *fundamento* com *essência*. Trata-se de um equívoco que se torna explícito, por exemplo, quando Dussel (1988, p. 313) critica o tratamento dado por Marini à superexploração do trabalho.

La más relevante se refiere a la imbricación que establece entre núcleos económico-espaciales, el llamado centro o centros, con la capacidad de apropiarse –vía diversos mecanismos– de valores producidos en otras extensiones económico-espaciales, las llamadas periferias o economías dependientes. Así, tenemos un sistema mundial que opera con núcleos de acumulación de valor frente a amplios territorios que sufren de desacumulación (IBID., p. 72).

Sendo assim, o que define os centros ou as economias imperialistas é a capacidade de apropriar-se de valores produzidos nas periferias ou economias dependentes. Na medida em que o autor ainda salienta que essa apropriação de valor ocorre por diversos mecanismos, ele está descrevendo a existência da essência e da aparência do imperialismo. O corolário dessa imbricação imperialista é a divisão do mundo entre “núcleos de acumulação” em contraposição aos “territórios que sofrem a desacumulação”, cuja distinção decorre da capacidade dos capitais localizados, operando, nesses núcleos/territórios de atrair ou expulsar valores. Ainda útil aos nossos propósitos é a constatação de Osorio de que o que chamamos de essência do imperialismo possui uma historicidade específica:

Los procesos que permiten la transferencia de valores de unas a otras regiones y economías varían en el tiempo. Si en la etapa colonial ello era posible por vías preferentemente políticas (las colonias entregando tributos e impuestos a las metrópolis, o sufriendo de despojos de riquezas y metales preciosos por la simple condición colonial), posteriormente tal proceso tiende a descansar de manera predominante en mecanismos económicos (deterioro en los términos de intercambio o intercambio desigual¹³, pago de regalías, transferencias por el monopolio de conocimientos, intereses de la deuda, etcétera) (IBID., p. 72).

O autor divide a história dos processos de transferência de valor em basicamente dois períodos: colonial e pós-colonial, sendo que os mecanismos econômicos de transferência de valor predominam apenas no último período. Se o imperialismo capitalista é definido exatamente pelo predomínio da coerção econômica sobre a não-econômica (WOOD, 2003), as relações imperialistas nascem com os processos de independência política das antigas colônias. Sendo assim, o imperialismo não nasce no final do século XIX, como sustentavam os autores da teoria clássica. Em termos históricos, portanto, como já desenvolvemos na terceira seção deste artigo, a descolonização americana no final do século XVIII e início do XIX articulando-se com a transformação da manufatura em grande indústria no continente europeu, faz com que a junção desses dois processos culmine com a constituição de uma relação tipicamente imperialista entre Europa e América.

Voltando ao argumento lógico, a caracterização de Osorio da condição de dependência se articula com o que estamos defendendo:

La *condición de dependencia* de una economía es mucho más que la acentuación de procesos del capital en general, los cuales se agudizarían en las regiones dependientes. *Son transferencias de valor hacia el mundo central, rupturas en su ciclo del capital*, etcétera. También son rasgos sui generis. Muchos procesos propios a toda economía capitalista, alcanzan en las regiones dependientes connotaciones particulares (IBID., p. 81, grifos nossos).

¹³ Julgamos que Osorio está equivocado quando identifica a deterioração dos termos de troca com o intercâmbio desigual. Ao fazer isso, ele está utilizando a interpretação equivocada de Emmanuel que já criticamos na seção 2.1.3. A evolução dos termos de troca pode ser vantajosa para a periferia e mesmo assim haver troca desigual.

É possível, ademais, desdobrar essa assertiva do autor em uma determinação adicional que reforça nossa questão desenvolvida anteriormente. Se a condição dependente se define pela “transferência de valor até o mundo central”, podemos dizer que a condição imperialista se define pelo inverso: pela apropriação/expropriação do valor produzido no mundo dependente. Em síntese, não precisamos recorrer à nacionalidade do capital como o faz Dussel (1988). Basta considerar um mercado mundial, no qual a concorrência entre capitais com distintos níveis de produtividade cujos ciclos individuais se realizam em algum lugar enseja um processo de transferência de valor de um lugar a outro. Na medida em que desde o princípio esse mercado mundial se polariza em duas regiões, nas quais os capitais operando em cada uma delas se distinguem por diferentes produtividades médias, a existência de dois mundos se cristalizou. Chamamos esses mundos de imperialista e dependente ou central e periférico.

Conferindo à transferência de valor um papel explicativo tão importante, precisamos compreender como Marx trata essa categoria em sua obra máxima. A transferência de valor em *O capital* tem dois sentidos. O primeiro é a noção de que os elementos materiais que formam o capital constante transferem valor à mercadoria. Para que a força de trabalho consiga reproduzir seu próprio valor e incorporar um valor excedente à mercadoria, ela necessita de meios para efetivar a produção. Com a transformação material operada pela força de trabalho, o valor dos meios de produção reaparece integralmente no valor da mercadoria. Ao longo dos três livros, Marx refere-se várias vezes à transferência de valor utilizando esse sentido. Obviamente que o processo de transferência de riqueza a que estamos nos referindo enquanto determinação essencial do imperialismo não guarda relação com a transferência de valor nesse primeiro sentido, isto é, dentro de um mesmo capital.

Para nos aproximarmos da transferência de riqueza precisamos usar o segundo sentido da transferência de valor: aquela que se efetiva *entre distintos capitais*. Aqui, há que se ressaltar que o capitalismo não é apenas um modo de produção de riquezas, mas também, e sobretudo, um modo de apropriação. A lógica de um não coincide com a lógica do outro e é exatamente essa não coincidência que garante a existência da transferência de riquezas. *O capital*, como uma obra dedicada ao estudo do capitalismo, precisa reconstituir teoricamente o *modus operandi* daquilo que se quer investigar. Callinicos (2014) foi bastante preciso ao afirmar que o capitalismo e seu reflexo teórico – *O capital* – se articulam em torno de duas relações fundamentais: a que opõe o trabalho assalariado ao capital e a que opõe os diversos capitais entre si. Enquanto a primeira tem como momento principal a exploração e a *produção* do mais-valor, a segunda compreende a esfera da concorrência e a *apropriação* do mais-valor. Esta divisão permite visualizar que na relação com a classe social produtora do mais-valor os diversos capitais agem como um só, afinal importa-lhes apenas extrair o máximo possível de mais-trabalho. A partir do momento em que a massa global de mais-valor está

constituída, os capitais repartem-no de acordo com a força de cada um na concorrência, determinada, em última instância, pela produtividade.

A distinção dialética entre produção e apropriação de valores se efetiva nas duas relações fundamentais. O mais-valor só é *apropriado* gratuitamente pelo capital pois precisou ser *produzido* pela classe trabalhadora sem que esta recebesse uma contrapartida. Pelo fato de ser obrigada a vender sua força de trabalho no mercado, a classe trabalhadora é obrigada a ceder, transferir, parte do valor total produzido por ela. Isso ocorre pois o que se transaciona é o valor de uso da força de trabalho, qual seja, a capacidade de *produzir* valor. O capital paga o seu valor para adquirir o direito de se *apropriar* do resultado do consumo do valor de uso da força de trabalho. Em outros termos, é a dialética da mercadoria força de trabalho que permite ao capital a apropriação gratuita do mais-trabalho. Temos aqui um tipo de transferência de valor que se trata de uma transferência interna a uma relação individual entre um determinado capitalista e um determinado conjunto de trabalhadores. Subsumida à relação capital-trabalho assalariado, a transferência de valor só é capaz de explicar *uma parte* da transferência global de riquezas. Isto ocorre, neste âmbito, quando o processo de trabalho e de valorização ocorrem em um lugar geograficamente distinto do lugar de origem do proprietário do capital. Assim, parte do mais-valor produzido em um lugar e realizado em qualquer lugar é remetido a outros lugares na forma de lucros ou dividendos.

Outra parte da transferência global de riquezas pode ser explicada pela distinção dialética entre *produção* e *apropriação* de valores na segunda relação fundamental, aquela da concorrência entre capitais. Aqui se situa o problema da troca desigual e da fragmentação do lucro médio em lucro comercial, lucro do empresário, juros e renda da terra, que, para existirem, demandam alguma mobilidade do capital. Na argumentação de Pradella (2015, p. 149), a formação da taxa média de lucro é um marco importante na universalização do capitalismo. Para Marx, na interpretação da autora, o “sistema econômico inclui todos os ramos de produção onde o capital está livre para se movimentar, incluindo as colônias” (Ibid., loc. cit.). Portanto, a mobilidade do capital pode ser entre e dentro dos ramos de produção internacionalmente considerados, ou seja, no mercado mundial. Transferência de valor ocorre internacionalmente, portanto: a generalização (universalização) da acumulação capitalista equivale à generalização do trabalho assalariado e resulta tendencialmente na “completa implementação da lei do valor internacionalmente” (Ibid., p. 150). Em outros termos, a completa implementação internacional da lei do valor equivale à transformação de valores em preços de produção e na distinção deste com o preço de mercado a nível mundial. O (grande) capital nivela tendencialmente a taxa de lucro entre países.

Finalmente, uma *última parte* dessas transferências pode ocorrer sob a chave das expropriações. Tomemos o exemplo do capitalista pouco produtivo que, em função de uma crise, opta (ou é coagido) a se desfazer de seu capital. Independentemente da forma com a qual ele cede seu

capital a outrem, geralmente um grande capitalista, ocorre uma transferência do estoque de meios de produção; uma transferência de valor, portanto.

Estamos de acordo com a concepção de Pradella (2015, p. 159), para a qual “a acumulação de capital é um processo imperialista”. O reconhecimento original da autora de que a lei do valor tem uma dimensão “inerentemente internacional” e que a análise de Marx em *O Capital* está no nível de abstração do mercado mundial¹⁴, permite concluir que a acumulação de capital concentra valor nos polos mais competitivos do sistema. Esse argumento vale a pena ser destacado nas palavras da própria autora:

A acumulação é um processo imperialista que tende a concentrar produção de alto valor agregado e capital nos centros mais competitivos do sistema, determinando uma especialização forçada dos países dependentes ou menos desenvolvidos em setores de baixo valor agregado, repatriando lucros extraídos nesses países e levando a formas de intercâmbio desigual entre as nações com diferentes níveis de produtividade, o que resulta em formas diferentes mas interativas de exploração do trabalho e pauperização. A acumulação de capital, para Marx, não elimina processos de extração de valor de setores pré-capitalistas ou formas de exploração comercial e usurárias, saque e pilhagem: estas formas de ‘acumulação primitiva’ são, no entanto, subsumidas e moldadas pela acumulação de capital tout court. Portanto *uma lógica unitária* liga a exploração do proletariado na Grã-Bretanha, a extinção de tecelões de teares manuais indianos, as condições de fome dos camponeses irlandeses, a escravização de africanos nas plantações americanas, e as diferentes formas de expropriação, exploração e opressão que Marx estudou em seus cadernos e apresentou em seus escritos (PRADELLA, 2015, p. 159, tradução nossa, grifos nossos).

No rigoroso trabalho de Pradella, ela percebe que Marx, em um texto de julho de 1857 contra as teorias vulgares de Bastiat e Carey, reconhece a existência de “raízes econômicas do imperialismo”, derivadas do que ele chamaria em *O capital* de lei geral da acumulação capitalista. O famoso artigo *The Future Results of British Rule in India*, publicado por Marx no *New York Daily Tribune*, mostra que os efeitos devastadores da ocupação britânica na Índia, ou seja, do imperialismo, foram “resultados inerentemente orgânicos da ‘centralização’ capitalista” (PRADELLA, 2015, p. 131).

Caminhamos para um terreno perigoso, pois definir a essência do imperialismo como transferência de valor (e valor de uso) nos impõe a necessidade de um esclarecimento adicional para não incorrermos em algum tipo de reducionismo economicista: afinal, qual é a relação dos Estados-Nação com o imperialismo? Até agora, o papel estatal estava oculto ou reduzido às margens do argumento. Entretanto, sabemos que, de fato, na realidade concreta do capitalismo, o Estado está quase sempre presente nas teorias sobre o imperialismo. Nas interpretações mais vulgares, inclusive, se associa o imperialismo com um tipo de política externa de uma nação específica, os Estados Unidos. As intervenções militares unilaterais após o fim da Guerra Fria, e especialmente após os atentados de 11/09/2001, contribuíram para o fortalecimento de interpretações desse tipo.

¹⁴ Defendemos essa posição na seção 1.2 (O lugar do mercado mundial nos níveis de abstração de *O capital*).

Quando associamos a dimensão mais abstrata do imperialismo com a transferência de valor, não estamos dizendo que o Estado não é importante ou supérfluo. Pelo contrário, sabemos que na maioria das vezes o aparato estatal é condição para a expansão do capital. Ele é capaz de influir decisivamente no processo de reprodução do capital: o Estado “funciona como o grande organizador tanto da acumulação como da ordem capitalista na medida em que atua na construção de elementos institucionais e econômicos favoráveis à acumulação do capital” (PINTO e BALANCO, 2014, p. 41)¹⁵. É por esse motivo que, segundo Pradella (2015, p. 157), Marx conferiu um papel vital ao Estado, “cuja intervenção não é uma *exceção*, mas uma parte integral do processo de reprodução do capital”. No final do Livro I de *O capital*, na exposição da acumulação primitiva, “Marx apresentou alguns elementos que seriam direcionados ao livro sobre o Estado” conforme o plano original - e abandonado - de seis livros (Ibid., loc. cit.):

A seção da Acumulação Primitiva, portanto, não representa uma parte ‘histórica’ separada da ‘econômica’, mas examina o papel do Estado na gênese e na reprodução ampliada do capital. Para Marx, a lógica do Estado é interna à lógica do capital. Por esta razão, apesar da intervenção estatal ser historicamente antecedente à gênese do capital industrial, sua análise é posterior à da acumulação. A aparência de autonomia do Estado se dissolve junto da aparência autônoma do capital, o qual é resultado inteiramente de trabalho assalariado. O Estado, então, [...] deve ser entendido no contexto da luta de classes, do devir da classe trabalhadora mundial (PRADELLA, 2015, p. 158).

Isso posto, a concepção de Estado coerente com nossa interpretação da essência do imperialismo não pode ser nem de um simples ente instrumentalizado pela burguesia, nem um Estado cuja lógica possua o mesmo peso explicativo da lógica do capital. Enquanto a primeira concepção foi usualmente aceita nas teorias clássicas, a segunda está presente em um conjunto de teorias contemporâneas que buscam situar o imperialismo “na fronteira do econômico e do político” (CORREA, 2012, p. 191 et seq.). Callinicos (2009, p. 15), por exemplo, defende que o imperialismo capitalista “é constituído pela interseção de duas formas de competição, a econômica e a geopolítica”; interpretação quase idêntica possui Harvey (2003, p. 88-91), que contrapõe duas lógicas “do poder”, a capitalista e a política/territorial¹⁶. Ao fazer isso, eles “subestimam a dimensão inerentemente internacional da lei do valor” e “como a lógica espacial é subsumida à lógica do capital, a concorrência ‘econômica’ tem uma intrínseca dimensão geopolítica” (PRADELLA, 2015, p. 158). Mesmo que o Estado, efetivamente, tenha a capacidade de influir na concorrência econômica, sua

¹⁵ Pinto e Balanco (2014) resgatam o debate marxista sobre o Estado, apontando para a relevância da contribuição de Poulantzas sobre o bloco no poder. “A compreensão do papel do Estado na acumulação e reprodução do capitalismo não pode ficar restrita apenas à acumulação do capital em geral (nível maior de abstração ou objeto abstrato-formal), mas sim também deve incorporar a percepção das maneiras como as frações e as classes (em suas lutas políticas) exercem seu poder na busca pela manutenção ou ampliação da sua fatia da renda e da riqueza e de sua legitimação por meio da influência exercida nos aparelhos do Estado e, por conseguinte, da proposição das políticas públicas” (Ibid., p. 44-5). Sobre a relação entre bloco no poder e imperialismo, os autores apontam o seguinte: “A economia capitalista mundializada apresenta como uma de suas normas principais a procura permanente da expansão da dominação do bloco no poder dos países capitalistas centrais para além dos seus espaços nacionais” (Ibid., p. 59).

¹⁶ Callinicos (2009, p. 15) oferece uma descrição sucinta que caracteriza as duas “formas de competição”: “competição econômica mostramos que é uma das duas interconectadas relações constitutivas do capital. Competição geopolítica refere-se às rivalidades entre Estados em relação a segurança, território, influência, e temas correlatos”.

atuação está circunscrita à garantia da lei e da ordem necessárias à acumulação de capital. Portanto, é o capital, ou o valor que se valoriza, que está no topo da ordenação categorial relacionada ao imperialismo.

Harvey, nos anos 1970, faz uma observação pertinente a este debate:

Especificar as relações entre a teoria da acumulação de Marx e a teoria do imperialismo, como são usualmente elaboradas, impõe, portanto, uma dupla dificuldade. Temos que especificar como a '*lógica interna*' do modo capitalista de produção, abstratamente concebida, relaciona-se com as realidades concretas – ou seja, as *formas fenomenais* – do processo histórico. Além disso, também temos de levar em consideração a *influência mediadora das estruturas políticas, ideológicas, militares e outras*, que, embora devam ser organizadas de modo coerente em relação ao curso da acumulação de capital, não são determinadas unicamente por isso (HARVEY, 2005, p. 66, grifos nossos).

O autor está correto nesta questão, afinal trata-se de especificar como o nível muito abstrato das leis gerais da acumulação relaciona-se com o nível concreto do fenômeno, considerando, ademais, a existência de uma superestrutura de relacionamentos com influência também decisiva sobre os rumos do movimento da história. Mesmo levando isso em consideração, a observação de Lukács (2012) sobre a existência de um ordenamento categorial que garante uma primazia explanatória para as leis da economia nos permite investigar, com mediações econômicas (concorrência, produtividade, transferência de valor, etc.), as relações entre a lei do valor e o imperialismo. A existência de um aparato político, ideológico, militar, etc., deve ser levado em consideração enquanto aspectos subordinados ao comando da lei do valor¹⁷. Por exemplo, mesmo que os golpes civis-militares dos anos 1960 e 1970 na América Latina tenham se apresentado como resultados políticos-militares de determinados processos históricos, a influência econômica (objetiva ou subjetivamente) foi decisiva.

Tal como a estamos definindo, a essência do imperialismo capitalista pressupõe a existência de vários capitais com diferentes produtividades e vários Estados. A transferência de valor só se torna imperialista quando ultrapassa barreiras socialmente construídas que são as fronteiras nacionais. Estamos considerando a concorrência entre vários capitais no mercado mundial projetada sobre uma estrutura de nações pré-estabelecidas.

Levar em consideração essa estrutura demarcada de fronteiras nacionais implica em relacionar a essência do imperialismo com a existência de uma polarização global entre países imperialistas e dependentes. Se a polarização global é um fato, uma verdade, do modo capitalista com o qual nossa sociedade se organiza, sua perenidade só pode ser sustentada por um processo dinâmico de reforço do *status quo*, um processo em que a riqueza subtraída de um polo alimenta o outro. Nos termos de

¹⁷ Um dos exemplos em que Marx demonstra a subordinação do Estado à lei do valor refere-se à relação entre papel moeda e ouro. Ele aponta que qualquer moeda (símbolo) representa uma quantidade de ouro, ou seja, representa uma quantidade do equivalente universal. O dinheiro pode circular dentro dos países – diretamente ou representado por papel moeda – ou no mercado mundial. A utilização de papel moeda, entretanto, não é desprovida de limites. Para Marx, na interpretação de Pradella, “Estados podem emitir qualquer quantidade de moeda, mas, uma vez em circulação, o símbolo de valor é subordinado às suas leis (da circulação)” (PRADELLA, 2015, p. 144). Isso reforça nosso argumento de que o imperialismo reside na lei do valor e que suas manifestações políticas são subordinadas àquela lei (ou à distinção produção/apropriação).

Shaikh (1990, p. 207, tradução nossa): “a desigualdade entre nações é na realidade a manifestação internacional da desigualdade entre capitais, inerente ao desenvolvimento necessariamente desigual das relações capitalistas de produção”.

Não parece haver um fatalismo que condena, a priori, qualquer partícipe do mercado mundial capitalista a permanecer *ad aeternum* circunscrito a seu polo de origem. Ou seja, a transferência de riquezas age continuamente na direção de manter a polarização tal qual ela se encontra, mas isso não impede que hajam forças a atuar na direção contrária. A história nos mostra que a força mantenedora do *status quo* se sobrepuja, em geral, à contra tendência.

Para Pradella (2015, p. 159 et seq.), o processo de acumulação de capital em escala mundial “serve de premissa para a emergência de novos centros de acumulação”. A acumulação de capital envolve múltiplos padrões de desenvolvimento desigual e combinado, subordinados, sempre, à lógica unitária do capital que interliga as variadas formas de exploração, opressão e expropriação ao redor do mundo. Portanto, do ponto de vista da ação política, a autora concebe a revolução internacional como revolução permanente ao frisar que as lutas proletárias e anticoloniais são interligadas (PRADELLA, 2015). Há, portanto, uma proximidade quase molecular entre a essência do imperialismo, o desenvolvimento desigual e combinado e a revolução permanente.

6 A relação dialética entre essência e aparência do imperialismo

O elo mais comum de ligação entre a teoria do capitalismo de Marx e o imperialismo são as crises. Observações de Marx nos *Grundrisse* e nos *Manuscritos de 1861-63* sugerem que a expansão espacial do capital, isto é, a expansão das fronteiras do mercado mundial capitalista, são resultado das crises no núcleo da produção capitalista. O desdobramento do conceito de capital implica a expansão contínua da esfera da circulação. Esta atinge seu ponto máximo com a consolidação do mercado mundial que, portanto, refere-se a um desdobramento do próprio capital¹⁸. Marx (2011b) indica que “a tendência de criar o mercado mundial está imediatamente dada no próprio conceito do capital” (p. 332); ou, em outros termos, refere-se a ele como um dos “fatos fundamentais” (p. 346) da produção capitalista. Ele cumpre um papel de superar, inicialmente, uma barreira ao desenvolvimento do capital; por isso, fundamental. Na medida em que uma possibilidade da crise é dada pela não realização do mais-valor e o mercado mundial expande a esfera da circulação possibilitando novos campos de realização, sua gênese inibe a possibilidade das crises. Ao mesmo tempo – e contraditoriamente – ele potencializa as crises na medida em que integra ciclos de capitais que anteriormente não se relacionavam. Nos termos de Marx (1980), as crises do mercado mundial

¹⁸ Embora o máximo desenvolvimento da circulação de mercadorias seja o mercado mundial, ele não é, como já defendemos em outros momentos desse artigo, apenas essa esfera da circulação em escala mundial.

representam o “fenômeno mais intrincado da produção capitalista” (p. 937); ou “têm de ser concebidas como a convergência real e o ajuste à força de todas as contradições da economia burguesa” (p. 945).

A contribuição de Grossmann (1979) também é clássica para a demonstração da relação entre crises e imperialismo. Ele assume que o imperialismo tem uma função econômica que se opera através do mercado mundial e se constitui como uma contra tendência às crises (seguindo fielmente a terminologia de Grossmann, o imperialismo seria uma contra tendência ao “derrumbe del sistema capitalista”). Em termos lógicos e históricos, o imperialismo *se manifesta* como um resultado da tendência às crises e da constituição do mercado mundial no capitalismo. Independente da forma sob a qual ocorra essa manifestação, ela significa, *essencialmente*, uma apropriação/expropriação de valores no plano internacional e, por isso, tem o poder de acelerar a acumulação de capital nos países ditos imperialistas e/ou postergar, atenuar, a realização das crises.

A constituição do mercado mundial implica na potencialização da concorrência entre capitais pois ela representa a expansão à última potência da esfera da circulação. Consequentemente, conduz à concorrência entre capitais que atuam contribuindo para o nivelamento da taxa de lucro mundial. A criação, ao menos tendencialmente, de uma taxa de lucro mundial, equivale à afirmação de que ocorre, também em nível mundial, transferências e apropriações de valores entre capitais industriais operando em distintas nacionalidades com diferentes composições orgânicas. Na medida em que o desenvolvimento do capitalismo ocorre de forma desigual, algumas regiões constituem composições orgânicas médias superiores às outras. Segue, portanto, uma tendência à sistemática transferência de valores de capitais de algumas específicas regiões para capitais de outras regiões. Tem-se, com isso, a determinação mais abstrata do imperialismo e o que estamos chamando de essência do imperialismo.

Reforçando o argumento apresentado, a possibilidade das crises impõe uma necessidade lógica de consolidação do mercado mundial na medida em que se torna cada vez mais necessário ao capital a expansão da esfera da circulação. Como o mercado mundial possibilita uma transferência sistemática de valores entre regiões, nasce a dimensão mais abstrata do imperialismo. O imperialismo – que, partindo de sua possibilidade geral, se desdobra em manifestações mais concretas – representa, portanto, na *aparência* um desenvolvimento em nível mais elevado das crises e na *essência* a transferência sistemática de valores entre capitais operando em distintas nacionalidades. Em outros termos, teorizar o imperialismo a partir das crises faz com que o foco da análise recaia sobre suas formas de manifestação. Sendo estas funcionais para a acumulação de capital, uma crise estrutural – isto é, a interrupção do processo de acumulação – demonstra exatamente sua não funcionalidade. A crise de um determinado *padrão* de acumulação – ou de um padrão de reprodução do capital, para usar os termos de Osorio (2004) – significa que as formas predominantes de imperialismo não foram

suficientes para evita-la. Neste ponto, se a manifestação do imperialismo conforme a lógica do padrão anterior fosse suficiente para manter a dinâmica normal da acumulação de capital, a crise não ocorreria. Portanto, quando uma determinada estrutura do capitalismo entra em crise, revela-se, também, uma crise da lógica ou da forma de manifestação predominante do imperialismo do período anterior. O resultado é que a superação da crise estrutural traz consigo e como elemento de recuperação uma nova predominância histórica de um determinado agrupamento de formas de imperialismo. Em suma, as crises são potências transformadoras na *aparência* do imperialismo.

Conforme sugerimos neste capítulo, o desenvolvimento em fases das teorias do imperialismo reflete, em alguma medida, as metamorfoses, as mudanças de forma, do próprio objeto. Esse desenvolvimento formal, por outro lado, é impulsionado pela eclosão periódica de crises estruturais. Não é coincidência, portanto, que as três fases históricas da teoria sucedem a irrupção das três crises estruturais do capitalismo: no último quarto do século XIX, na década de 1930 e na década de 1970¹⁹. Pelo exame das teorias, também foi possível perceber que todas as formas de manifestação do imperialismo apresentam uma determinação oculta e velada que chamamos de essência. Isso significa que a essência percorre, histórica e logicamente, todas as formas de imperialismo sem ter sua natureza abalada pelas crises estruturais. Com isso, parece que o caminho da teoria do valor de Marx para a *essência* do imperialismo não repousa sobre a teoria das crises. Tem que haver um outro caminho teórico que permita a mediação entre lei do valor e imperialismo: nos parece ser a análise da concorrência entre capitais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira hipótese que tentamos defender nesse artigo foi a seguinte: *o imperialismo é a forma social e histórica do mercado mundial*. Mostramos que desde que o capitalismo criou o mercado mundial, a polarização do mundo em regiões com distintos níveis médios de produtividade originou um tipo de relação social na qual o polo menos desenvolvido transfere riquezas em direção ao outro polo. Sendo assim, essa relação social reforça a polarização global nos moldes em que ela se forjou. Em termos históricos, a proposição anterior significa dizer que desde que a burguesia inglesa se armou com tecnologias fabris inovadoras, isto é, desde a Revolução Industrial e a transformação da manufatura em grande indústria, se consolidou o mercado mundial e, com ele, se realizou o processo de transferência de riquezas tipicamente capitalista.

Articulada com a primeira, a segunda hipótese debatida nesse artigo pode ser sintetizada como segue: *enquanto um fato da realidade capitalista, existe uma determinação essencial do imperialismo, velada e oculta, por trás de todas as suas formas de manifestação*. O exame das teorias

¹⁹ Essa cronologia das crises estruturais baseia-se em Panitch e Gindin (2011).

marxistas do imperialismo nos fez perceber que elas possuem um alto poder em explicar suas formas de manifestação, isto é, em desvelar o imperialismo no nível da aparência. Tentamos mostrar que as teorias clássicas, de Hilferding a Lenin, as teorias da troca desigual e da dependência, de Emmanuel a Marini, e as teorias contemporâneas, de Harvey a Fontes, mapearam, cada uma em seu tempo e lugar, as exportações de capital, o comércio exterior e as expropriações como formas nas quais o imperialismo se expressa. O elo de ligação entre todas elas, e o que nos permitiu caracterizar a essência do imperialismo, é a ideia de transferência de valor.

Se ambas hipóteses fizerem sentido, podemos resumir nosso argumento dizendo que o imperialismo acompanha a existência do mercado mundial desde que ele se configurou historicamente pela primeira vez. Sendo assim, não seria possível um mercado mundial capitalista sem imperialismo na medida em que não é possível haver capitalismo sem transferência de valor entre capitais.

Se a unidade de análise são os capitais, podemos fazer a seguinte questão: os Estados são figurativos no imperialismo? Evidentemente, não: como as relações econômicas dependem de relações de poder, a violência integra a estrutura da sociedade: subjetividade, política, relações de força e de poder também estão na estrutura econômica da sociedade, e não apenas na superestrutura (KOHAN, 2003). Por isso, não há uma instância econômica ilhada das demais determinações da vida social. Nos termos de Wood (2014, p. 17), o uso do extra-econômico, da violência, “é claramente essencial para a manutenção da coerção econômica em si”.

Conceber essencialmente o imperialismo enquanto transferência de valor entre capitais, significa fornecer uma explicação lógica para a forma como os Estados se relacionam no plano internacional. As guerras, os golpes, as privatizações, os acordos de livre comércio, as dívidas externas, enfim, qualquer tema vinculado às relações internacionais entre Estados passa a ter um suporte metodológico para que se compreendam como manifestações de uma relação imperialista ou não. Recuperando um exemplo discutido neste artigo, os golpes civis-militares na América Latina nos anos 1960/70 tem um claro caráter imperialista. Por quê? Porque o pano de fundo que os sustentou foi a motivação contrarrevolucionária de conter uma suposta ameaça socialista que se enraíza no período graças à Revolução Cubana de 1959. Portanto, o pano de fundo foi a manutenção da hegemonia do capital e, conseqüentemente, a continuação do processo de transferência de valor. No Brasil, por exemplo, é sintomático o fato de que o que propiciou o ambiente golpista foi a proposta do governo trabalhista de taxar as remessas de lucro das companhias estrangeiras que operavam em território nacional.

Em síntese, caracterizar a essência do imperialismo não significa operar um reducionismo economicista. O reconhecimento da essência do imperialismo permite que se entenda que qualquer que seja a forma como ela se manifesta, sua existência na economia mundial acentua a exploração de

classe, e não o contrário. Ao interconectar as diversas condições nacionais para acumulação de capital, seu reconhecimento expressa o fato de que o capitalismo é um modo de produção (e apropriação) global, cujas tramas produtivas são necessariamente interligadas. Como tal, as condições de vida para as classes trabalhadoras brasileira, argentina, sueca, chinesa, nigeriana, etc, se determinam reciprocamente. A existência de transferência de valor significa que o terreno onde se desenvolve a luta de classes é internacional: o antagonismo essencial entre trabalho assalariado e capital é global. Sem querer reduzir a importância das especificidades das lutas travadas por cada fração nacional da classe trabalhadora, finalizamos com as palavras de Marx, escritas em 1845, que, em nossa opinião, fortalecem o sentido atribuído nesse artigo às relações sociais imperialistas:

“A nacionalidade do trabalhador não é francesa, nem inglesa, nem alemã, é o trabalho, livre escravidão (...). Seu governo não é francês, nem inglês, nem alemão, é o capital. O ar que ele respira não é nem francês, nem alemão, nem inglês, é o ar fabril. A terra pertencente a ele não é nem francesa, nem inglesa, nem alemã, ela fica alguns palmos abaixo do solo” (MARX, 2010b, p. 280, tradução nossa).

8 REFERÊNCIAS

- BIDET, J. **Exploring Marx's Capital: philosophical, economic and political dimensions**. Leiden e Boston: Brill, 2007.
- BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo**. Tradução de Raul de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 164 p.
- CALLINICOS, A. **Imperialism and Global Political Economy**. London: Polity Press, 2009.
- CALLINICOS, A. **Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny**. London: Bookmarks Publications, 2014.
- CAPUTO, O.; PIZARRO, R. **Imperialismo, dependencia y relaciones economicas internacionales**. Santiago (Chile): Publicaciones del Centro de Estudios Socio-Economicos, Universidad de Chile, 1970. 347 p.
- CARCANHOLO, M. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. (.). **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013a. p. 71-98.
- CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência** (vol. 1). São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CORRÊA, H. **Teorias do Imperialismo no Século XXI: (in)adequações do debate no marxismo**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Economia. Niterói, p. 247. 2012.
- DOS SANTOS, T. **Imperialismo y dependencia**. Caracas (Venezuela): Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. 577 p.
- DUSSEL, E. **Hacia Un Marx Desconocido: Un comentario de los Manuscritos del 61-63**. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 1988.
- EMMANUEL, A. El Intercambio Desigual. In: AMIN, S., et al. **Imperialismo y comercio internacional: el intercambio desigual**. Ciudad de Mexico: Siglo Ventiuno Editores, 1990. p. 192.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 157 p.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV / Editora UFRJ, 2010.
- GROSSMANN, H. **La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista: una teoría de la crisis**. Cidade do México: Siglo Ventiuno Editores, 1979.
- HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2003. 201 p.

- HARVEY, D. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. p. 41-73.
- HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 346 p.
- HOBBSBAWM, E. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. Tradução de Donaldson Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 423 p.
- LENIN, V. Imperialismo e a cisão do socialismo [1916]. In: LENIN, V. **Lenin Collected Works**. Tradução de Vinicius Valentin Raduan Miguel. Moscow: Progress Publishers, 1964. p. 105-120. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/10/imperialismo.htm>. Acesso em: 17/12/2015.
- LENIN, V. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução de Leila Prado. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 130 p.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos; Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 416 p.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, K. [Carta] 08 oct. 1858, London, [para] ENGELS, F., Manchester. in: Marx & Engels Collected Works Volume 40. Lawrence & Wishart, 2010a, p. 345-347.
- MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Tradução de Klaus Von Puchen. São Paulo: Centauro, 2004. 169 p.
- MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. 140 p.
- MARX, K. Draft of an article on Friedrich List's Book. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Marx & Engels Collected Works Volume 4 (1844-1845)**. [S.l.]: Lawrence & Wishart, 2010b. p. 265-294.
- MARX, K. Glosas marginais ao “Tratado de Economia Política” de Adolfo Wagner. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 170-179, Jan-Jun 2011a.
- MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política**. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo e Rio de Janeiro: Boitempo e Ed. UFRJ, 2011b.
- MARX, K. Marginal Notes on Adolph Wagner's Lehrbuch der. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Marx & Engels Collected Works Volume 24**. [S.l.]: Lawrence & Wishart, 2010c. p. 774.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro I**. Tradução de Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2013.
- MARX, K. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. São Paulo: DIFEL, 3 volumes, 1980.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- OSORIO, J. **Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia**. México: Miguel Ángel Porrua, UAZ, 2004. 192 p.
- PINTO, E.; BALANCO, P. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 34, n. 1, janeiro-março 2014. p. 39-60.
- PRADELLA, L. **Globalisation and the Critique of Political Economy: new insights from Marx's writings**. London: Routledge, 2015.
- SHAIKH, A. **Valor, acumulacion y crisis: ensayos de economía política**. Bogotá (Colombia): Tercer Mundo Editores, 1990.
- WOOD, E. M. **O império do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014a.